

“Podem matar um Kretã, mas mil voltarão”: a trajetória de um nome político Kaingang

Patrick Leandro Baptista

PPGAA-UFPR



Figura 1 KRETAKAINGANG. [SEM TÍTULO]. 9 jul. 2022. Instagram: @kretakaingang. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/Cfyl2XUsA-y/>>. Acesso em: 21 ago. de 2022

Romancil Gentil de Souza Kretã é Kaingang e candidato a deputado estadual pelo Partido Rede Sustentabilidade. É membro da executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e foi o idealizador do movimento Levante Pela Terra, mobilização indígena que teve destaque no ano de 2021, o movimento iniciou com 70 indígenas e mobilizou um número expressivo de povos e lideranças indígenas de diversas etnias. Devido ao destaque nessa mobilização recebeu o convite para se filiar ao Partido dos Trabalhadores para se lançar candidato a deputado estadual ou federal. Contudo, declinou do convite e por influência da deputada federal Joênia Wapichana decidiu migrar para o atual partido e *apostar* em outra *estratégia*¹.

¹ Aposta e Estratégia são categorias êmicas utilizadas pelos indígenas para pensar a política.

O número de indígenas que decidem participar das eleições cresce a cada eleição. A estimativa é de que essa eleição seja a maior em número de candidaturas indígenas. Os elementos que impulsionam esse crescimento na ‘experimentação’² política dos indígenas nas eleições é bem variado e vão desde uma maior institucionalização dos movimentos indígenas, retração das políticas públicas indigenistas (saúde, educação, território, etc.,) potencializando negociações, antes tuteladas, com agentes estatais e, também, o recrutamento dos partidos políticos que direciona esforços para ampliar a adesão indígena aos seus quadros. No entanto, as pesquisas acadêmicas que refletem sobre a participação indígena no sistema eleitoral brasileiro não cresceram na mesma proporção, porém há um recente esforço para acompanhar esse impulso do protagonismo indígena nas eleições.

Esse trabalho é inspirado em alguma medida nas pesquisas do Núcleo de Antropologia Política (NUAP) que tinha como foco preferencial o comportamento do voto deslocando a análise de aspectos negativos e incorporando as multiplicidades de motivações do voto (Godlman e Palmeira, 1996). E motivado pelo grupo de pesquisadores da Antropologia da Política Indígena coordenados por Ricardo Verdum (MN) e Luís Roberto de Paula (UFABC), neste texto específico desloco o foco da discussão sobre o comportamento do voto para pensar o político indígena e como ele pavimenta uma rede de apoiadores do qual o resultado esperado não se encerra nas urnas, sendo apenas uma parte de uma estratégia mais ampliada. Nesse sentido a atuação indígena subverte o entendimento clássico, a priori, de partido político e voto.

Para que possamos compreender os desafios e significados que Romancil Kretã se propõe enfrentar na campanha eleitoral é necessário perpassar por suas origens indígenas, sua trajetória política e como se dinamiza a prática política na Terra Indígena Mangueirinha sua terra natal. Esse percurso pode informar as opções adotadas pelo candidato indígena na disputa para uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP). Para iniciar esse itinerário é necessário fazer uma digressão histórica sobre o seu nome, a sua etnia Kaingang e o seu território.

Os Kaingang: a trajetória do nome Kretã

² Gersem Luciano Baniwa usou esse termo em uma comunicação oral no Seminário Utopia 500 anos para se referir ao crescente envolvimento dos indígenas nas eleições. Ver https://www.youtube.com/watch?v=xI4-FGOXsBc&ab_channel=Sesc%C3%A3oPaulo acesso em 19-08-2022

Os Kaingang formam um grupo indígena numeroso, que habita a região planáltica do Brasil meridional. Espalhados em um vasto território entre os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aproximadamente 30 mil indígenas estão distribuídos em mais de 40 áreas indígenas, estas com extensões territoriais variando entre médias e reduzidas. Segundo a classificação linguística, pertencem ao tronco macro-jê, e formam, junto aos Xokleng, o grupo dos Jê meridionais.

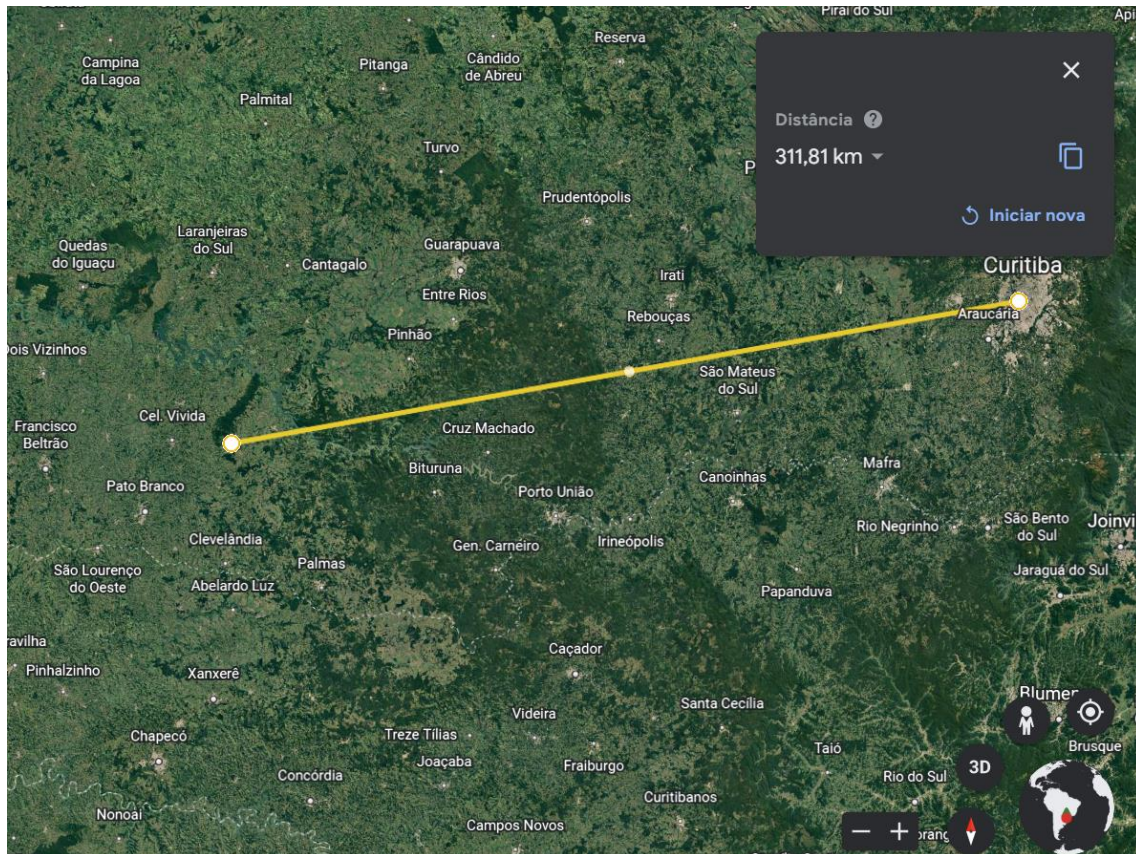


Figura 2 Mapa 2: Terras Indígenas Mangueirinha. Fonte: <https://earth.google.com/> (acesso em 20 e setembro de 2021). Marcações do autor.

A Terra Indígena de Mangueirinha (TIM), localizada no sudoeste do Paraná entre os rios Iguaçu e Lageado Grande, possui uma área aproximada de 17 mil hectares divididas em três municípios, Coronel Vivida 1.909,59 ha, Chopinzinho 11.347,58 ha e Mangueirinha 4.051,31 ha. É dentro desta Terra Indígena que está a maior reserva de Pinheiro (*Araucaria angustifolia*) do Brasil, árvore ameaçada de extinção e símbolo do estado do Paraná. A população da TIM é de aproximadamente 1600 indígenas, segundo censo IBGE (2010), Kaingang e Guarani Mbya, sendo dividida em sete aldeias: a Campina ou Sede, que é local da maioria das edificações como escola, igreja católica e evangélica, cemitério, unidade básica de saúde, ginásio de esportes, campo de futebol,

Centro Cultural Kaingang e o escritório da FUNAI. As demais aldeias são: Paiol Queimado; Mato Branco; Água Santa, Trevo, a Divisa e Palmeirinha do Iguaçu (Guarani).

Segundo Durat (2019), a partir da conquista dos campos de Palmas os Kaingang dessa região passaram a ter relações com a sociedade envolvente, sendo registrados pelo antropólogo Loureiro Fernandes que pesquisou os Kaingang de Palmas,

... *isolados desse núcleo* de (Palmas), ficavam os *Caingangues* da região do *Covó* (rio Iguaçu). Embora fossem indivíduos já influenciados pelo elemento da civilização europeia existente em Atalaya, donde se haviam retirado, em 1819, sob a direção do cacique Candoi. (Loureiro Fernandes, 1941 Apud in Helm 2011:11)

A colonização na região de Palmas e Guarapuava foi impulsionada por projetos de colonização estancieiros-pecuaristas. Esses projetos tiveram início no final do século XVIII e se consolidaram no início do século XIX. Segundo Marcon (1994:61-64) após várias investidas fracassadas aos indígenas da região, o rei Dom João VI declara guerra, “aos índios que resistissem à penetração dos colonizadores”. No entanto foi apenas com a ajuda de lideranças indígenas “pacificadas” que os campos da região centro-sul do Paraná foram apropriadas por grandes pecuaristas. As tribos que não foram destruídas tiveram que migrar ou ceder a proposta de aldeamento.

Os índios mantinham suas políticas frente às ações do governo. Em princípio, reagiram à conquista de seus territórios, atacando os brancos que desejavam implantar fazendas nas suas terras. Com a fundação dos aldeamentos, procuraram obter os benefícios cedidos pelo serviço de catequese: brindes, alimentos, ferramentas e demais objetos. Também viam os aldeamentos como refúgios das guerras com outros grupos indígenas. A partir da década de 1870, iniciaram uma nova era de negociação com o governo as solicitações de demarcações dos seus territórios, visto que a chegada de imigrantes e a política de ocupação das terras, definidas pelo Estado, cada vez mais ameaçavam os interesses indígenas. (Mota & Novak 2008:138)

Com a instalação da Colônia Militar no Chopim em 1865 (Barros, 1980) temos o nosso primeiro personagem que possui o nome Kretã, este responsável pela demarcação da atual Terra Indígena de Mangueirinha.

Antônio Joaquim Capanema Kretã

A relação política Kaingang com os colonizadores durante o século XIX é plural e diversa. Existem relatos de grupos que travaram guerra e outros que buscaram meios diplomáticos de conviver com os não indígenas ou se aldearam. O movimento de guerra e diplomacia não é linear e acontece de diversos modos e tempos diversos. Num

momento os indígenas que outrora foram pacificados noutro travavam guerra. A luta pelo território sempre foi uma constante, é o que nos relata Alzemiro Ferreira dos Santos:

nós somos os donos de tudo isso aqui, daqui até Palmas era tudo nosso, aqui não é uma terra dada, mas uma terra conquistada, você quer saber dessa história? Foi Antônio Joaquim Capanema Kretã quem a conseguiu, tiveram que abrir picadas no mato na base da foice e picareta daqui até a divisa com a Argentina. (Anotações de campo 15.10.2020)

Esse relato marca não apenas o início do reconhecimento estatal das terras Kaingang, mas também a agência política do nome Kretã. Pires (1975:66) registra o relato indígena sobre a ocupação nessa região e confirma que viviam ali há muito tempo, a sua suspeita é que esse grupo dos Toldos da Campina do Kretã é uma dissidência de Palmas, contudo lembram da instalação da Colônia Militar no império. “Os índios eram comandados pelo ‘major’ Cretan, também conhecido como cacique Capanema foram ajustados pelo ‘comandante Dantes’ para servirem como guias” (1975:40-41). Segundo o relato narrado a mim na TIM, como forma de pagamento pelos serviços prestados, Antônio Joaquim Capanema Kretã ouvindo o conselho de sua esposa, preferiu ao invés de pagamento em dinheiro (papel moeda)³ a posse da terra. Desse modo o grupo de Antônio Joaquim Capanema Kretã, chefe político dos indígenas na região, foi contemplado pelo Decreto Estadual nº 64 de 02 de março de 1903, em seu teor:

Ficam reservadas para o estabelecimento de tribos indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do cacique Cretã com a seguintes divisas: a partir da cabeceira do Ribeirão Lageado Grande à cabeceira do Ribeirão Palmeirinha e por estes dous rios até o Igassú que será a divisa norte, respeitadas os direitos de terceiros. (Helm, 2011:19)

A partir desses relatos e do fato da constituição da Terra Indígena, o nome Krintã⁴, é herdeiro de um simbolismo político importante, seus descendentes passaram a exercer o poder político na Terra Indígena. O nome Kretã é relacionado a luta pela conquista e preservação da terra. Outro aspecto significativo é observar que o nome Kretã recebe um adjetivo não índio, o de “major”, ou seja, no mundo não-índio Kretã é também uma autoridade.

³ Há registros de serviços prestados por indígenas no período do império serem pagos com dinheiro, um exemplo é de Condá que possuía uma gratificação mensal de 50\$000 reis. Ver Marcon (1994:101)

⁴ Francisco Luís dos Santos traduziu o nome Krintã, como: aquele que olha por cima da montanha enxerga mais longe (Helm).

Durante o primeiro Governo Lupion⁵ avançou a colonização sobre as áreas indígenas sob a alegação de regularizar essas terras. O governo do Paraná sob o comando do governador dividiu a Terra Indígena, pelo órgão de colonização que a denominou Colônia K, em três glebas: A, B e C. Diminuindo consideravelmente a Terra Indígena.

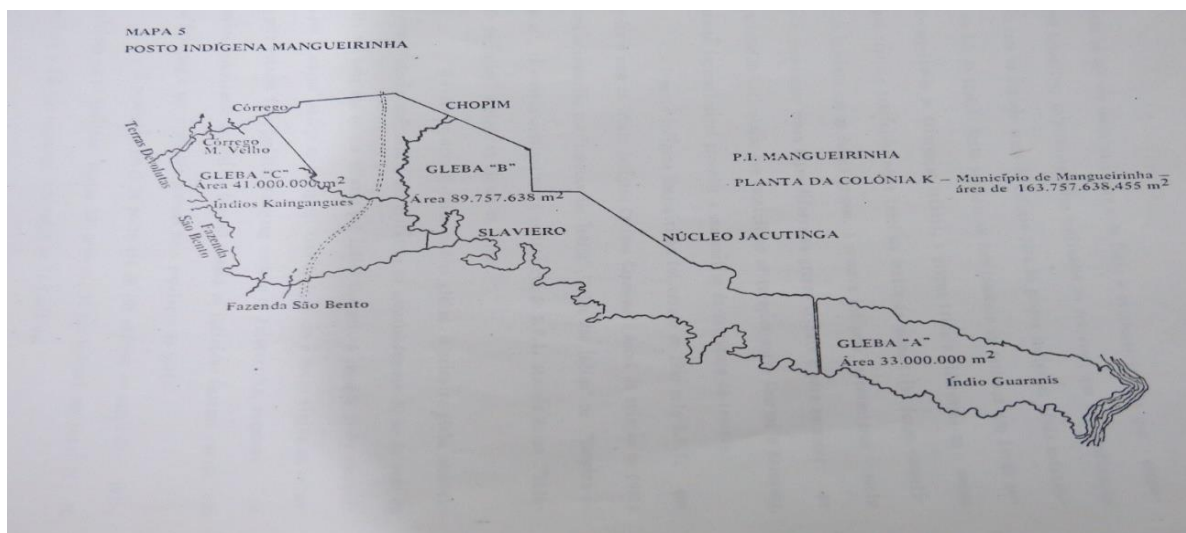


Figura 2: Posto Indígena de Manguieirinha (Pires, 1975) Neste mapa a “Gleba B” aparece sob o domínio da Madeira Slaviero, um equívoco, tendo em vista que esta área estava em litígio. Atualmente os Kaingang e Guarani recuperaram o uso fruto de toda área, depois de retirarem os madeireiros invasores.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) numa tentativa de negociar a terra, reivindicou que a área destinada aos indígenas alcançasse ao menos 12 mil hectares, para que os indígenas pudessem manter as condições de desenvolvimento de suas comunidades. Contudo o governo do Estado não concordou, e argumentou que garantir porções de terra deste tamanho seria formar “desertos improdutivos” (Helm 2011), trocando em miúdos, muita terra para pouco índio. Desse modo a Gleba B foi negociada com o grupo empresarial Slaviero Comércio e Indústria de Madeiras. As famílias indígenas que ocupavam a área foram expulsas com a ajuda do SPI e de forças policiais.

Essa aparente ambiguidade do órgão indigenista, de caráter humanitário num momento e truculento em outro, é desconstruída por Lima (1995), para este autor a partir da criação do SPI se instituiu o “poder tutelar”. Trata-se de um poder estatizado, exercido sobre populações e territórios, este caso em conluio com a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração do Estado do Paraná.

⁵ Moysés Lupion foi governador durante os anos de 1947-1951 e 1956-1961 ver <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=100> acesso em 20-10-2015.

Ângelo Souza Kretã

Ângelo dos Santos Souza Kretã nasceu na Terra Indígena de Mangueirinha em 1942, fruto de um relacionamento de sua mãe Balbina da Luz Abreu com um não índio Gentil Souza. Gentil Souza era professor, natural da cidade de Ponta Grossa-Pr. A descendência de Ângelo é bisneto de Antônio Joaquim Kretã pela via materna, ou seja, Ângelo foge à regra de nomeação tradicional Kaingang que é patrilinear. Baseado em suas entrevistas e trabalho de campo, Castro (2011) compreendeu que “o ato de sua nomeação foi permeado de valores simbólicos (...)”. Ângelo foi nomeado por sua mãe dona Balbina com o nome do mato do seu avô assim garantindo um lugar social na sociedade Kaingang, para Veiga (1994:64) “(..) o nome de uma criança deve corresponder a seção ou marca do seu pai. Eles acreditam que o ser humano é “formado de organismo e de espírito, sendo este último relacionado ao nome”. Mas como já mencionado Ângelo Kretã é filho de um não índio, Veiga (1994:64) ainda afirma, se o pai é fog⁶ “os filhos herdarão esta condição”, e prossegue para ser membro da sociedade Kaingang é necessário ele ter um nome. Para Helm (2011:28) foi feito um arranjo para que Ângelo recebesse “um nome indígena, uma posição social, um nome forte, krintãn, da seção de sua mãe”. Este nome o ligava diretamente ao Antônio Joaquim Capanema Kretã⁷, e assim herdava não apenas um nome e/ou uma posição social, mas também um legado. Observe a Genealogia a partir de Helm (2011) e Castro (2012):

⁶ Fog é como os Kaingang denominam os não índios

⁷ O nome Kaingáng se constitui como *persona*: todo nome recebido já foi utilizado por alguém e, ao recebê-lo, o indivíduo assume todas as prerrogativas e deveres a ele relacionados, ver Veiga (2004:64)

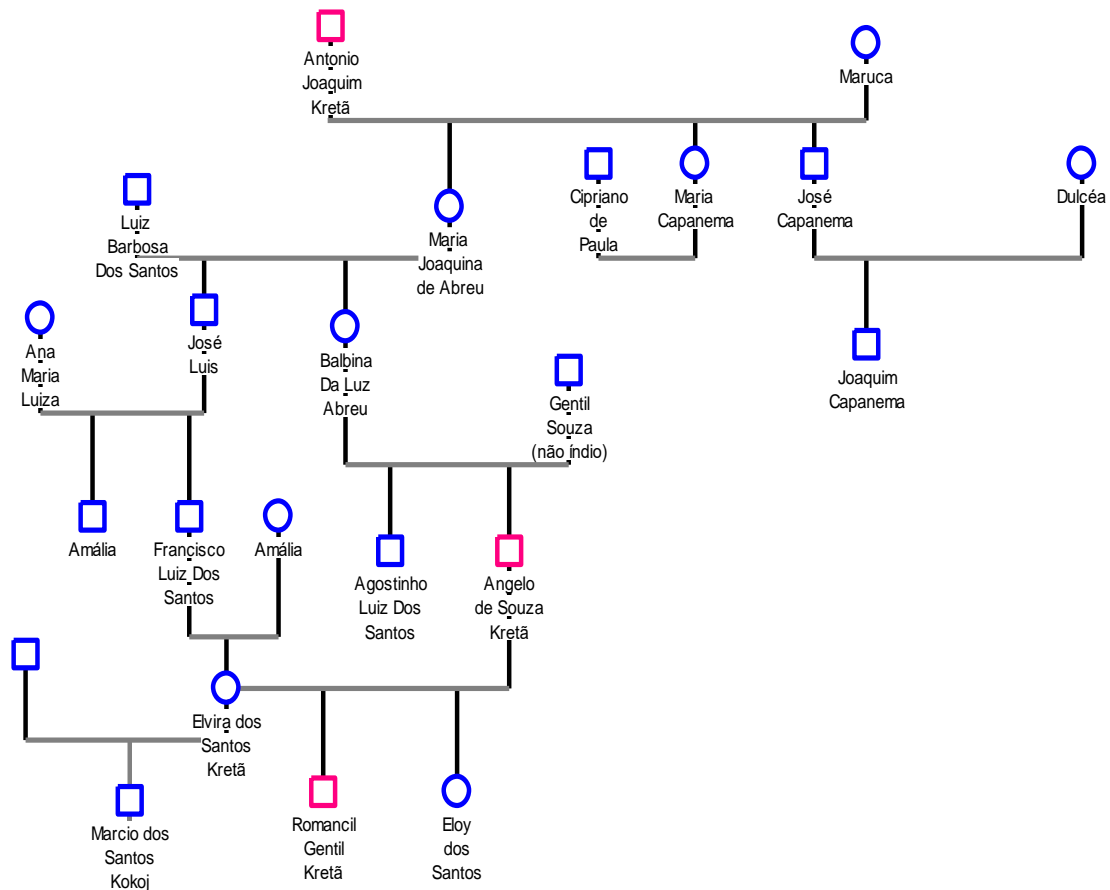


Figura 3 Genograma de Romancil Kretã fonte do autor

Para Juracilda Veiga (2004:60) os grupos do tronco linguístico macro Jê não possuem linhagem, ao menos como os estudos clássicos africanistas a concebem, “relacionada a transmissão de direitos sobre bens, como terra ou gado”. Contudo Veiga enfatiza a importância da descendência ao citar o trabalho de Lea (1986) que sofisticava a noção de riqueza ao perceber que entre os Kayapó, riquezas são de ordem imaterial, como o nome, e são transmitidos pelas matrilineagens, ou pelas Casas, as quais as mulheres descendem por nascimento. O nome indígena é recebido em cerimônia própria que gera fortes laços de compadrio, ficando quase sempre reservado às relações familiares. Outro dado é bastante simbólico Ângelo Kretã é criado por um casal de não índios, João Antônio de Moraes seu tutor, este homem chegou a ser “Capitão dos Índios” e deposto do cargo por questionar os desmandos do SPI. Isso fez com que Ângelo fosse socializado fora da TIM, e sob os cuidados com alguém que possuía algum acesso ao SPI, isto lhe possibilitou ter alguma clareza sobre o que de fato era o SPI.

Este legado de que Ângelo Kretã é herdeiro não tarda em aflorar em 1971 galga ao cargo de Cacique. Alzemiرو Kaingang narra o fato enunciando as palavras de Ângelo Kretã: “aqui a FUNAI/SPI não manda mais, quem manda agora aqui são os índios”. Ângelo tinha discernimento que o seu povo havia sido prejudicado. E que o SPI em conluio com o governo do Paraná tinha negociado parte da Reserva Cacique Capanema⁸. Como cacique Ângelo Kretã decide criar uma estratégia para retirar os intrusos da área negociada. O movimento indígena ganha impulso e inicia um processo de retomada de terras que se estende por áreas indígenas dos três estados do sul do Brasil⁹. Em 1976 o cacique Ângelo Kretã é eleito o primeiro vereador indígena do sul do Brasil¹⁰ no Município de Manguoeirinha, ou seja, o cacique é também reconhecido como autoridade no mundo dos brancos. O processo de retomada das terras indígenas intrusadas por não índios fez com que a sua liderança extrapolasse os limites da Terra Indígena de Manguoeirinha. Ângelo Kretã morre em uma emboscada, em 29 de janeiro de 1980¹¹, segundo o relato dos Kaingang de Manguoeirinha, assassinado.

Romancil Kretã

Romancil Gentil Kretã, filho de Ângelo Souza Kretã, uma grande liderança da TIM, após a morte de seu pai, foi criado pelo seu avô, Chico Luís dos Santos, liderança destacada nas assembleias indígenas e na constituinte, seu avô materno também reivindica o nome Kretã o que traz uma série de implicações como veremos a seguir. Aos dezesseis anos de idade, Romancil, resolve sair da aldeia por desentendimentos com o novo cacique. Perambulou algum tempo pelo interior de Santa Catarina e Paraná até fixar moradia na cidade de São Miguel do Oeste. Nesta cidade trabalhou na construção civil como servente e pedreiro, alistou-se no exército e, após, cumprir as obrigações militares, resolveu ir para Curitiba.

Em Curitiba seu intento era encontrar sua tia que residia nesta cidade, contudo não sabia se quer seu endereço. Quando chegou na capital se instalou na Casa do Índio mantido pela FUNAI onde esperava ter informações sobre sua tia, Belarmina Luís dos Santos, outra destacada liderança indígena. Ao chegar na instituição, procurou

⁸ O nome de Reserva Cacique Capanema passou a ser designada de Terra Indígena de Manguoeirinha.

⁹ Sobre o Movimento Indígena no sul do Brasil cf Helm (1987), Castro (2012) e Tommasino (1995)

¹⁰ Disponível em <http://www.jornalmensagem.com/materia.php?id=17030> acesso em 11-08-2015

¹¹ Morreu em 29 de janeiro de 1980 num acidente de carro mal esclarecido, com fortes suspeitas de emboscada, em Manguoeirinha, sudoeste do Paraná. Ver <http://www.dhnet.org.br/redes/estaduais/pr/personagem.htm> acesso em 20-10-2015.

saber sobre o paradeiro de sua parente, não obstante foi comunicado que a Casa do Índio não possuía contato e nem o endereço de sua tia, ressaltaram que sua parente não aparecia na instituição havia seis meses, desse modo a Casa do Índio não poderia lhe ajudar. Isto posto a instituição determinou para Romancil, caso ela não viesse até o final da tarde ele teria que voltar a cidade da qual havia se deslocado. Para sua surpresa, sua tia naquele dia iria ao banco pagar contas, mas como ainda era cedo resolveu passar na Casa do Índio.

Romancil Gentil Kretã então passou a morar em Curitiba, trabalhando e morando precariamente, como seu próprio relato diz: “como um branco”. Até receber a visita de seu avô, que lhe trouxe um prenúncio assim interpretado por ele:

“Meu avô disse que eu deveria voltar para Mangueirinha, pois aquela vida ali na cidade era muito humilhante para o filho de uma grande liderança, para um Kretã, e me perguntou, você sabe quem você é? Sabe o que é um Kretã? Pois hoje eu vou lhe contar essa história. No final da história que era sobre o meu pai e meus antepassados, a luta pela terra em Mangueirinha, disse que eu deveria voltar e se preparar para liderar meu povo como cacique em Mangueirinha e posteriormente se tornaria uma liderança estadual”. (Entrevista concedida em 12-10-2011)

Romancil Kretã num primeiro momento não gostou, aliás tomou como insulto as críticas que seu avô lhe fez, e foi apenas depois de três meses após a morte de Chico Luís dos Santos que retornaria a Mangueirinha para cumprir o prenúncio que seu avô lhe trouxera. O líder Kaingang relata que se transferiu para a TIM, mas nesse tempo era casado com uma não índia, e que sua esposa não teria se habituado a vida de índio na reserva. Ademais, seu primo Valdir Kokoj Kaingang tinha acabado de ser eleito cacique da aldeia e achou melhor não interferir e voltou à Curitiba. Morando, segundo seu relato, novamente como um “branco”. Esse “branco” na fala de Romancil, tem algo a nos informar, ser branco, neste caso, não é um delimitador de fronteira étnica, mas uma atitude frente ao descaso da questão indígena. Para Romancil, ser Kaingang é ser guerreiro, um lutador. Se resignar a qualquer situação de subalternidade, segundo Kretã, é coisa de branco. Apenas no processo de conquista da aldeia Kakané Porã¹² é que ele retoma o seu ethos Kaingang, o prenúncio de seu avô estava por se concretizar. Em outras palavras, é no movimento indígena em Curitiba e na luta dos indígenas por um pedaço de terra na capital paranaense, que Romancil Kretã não apenas se reencontrou

¹² Aldeia Indígena na cidade de Curitiba, residem atualmente 37 famílias, sendo 3 Xetás, 5 Gurani e 29 Kaingang.

como Kaingang, mas também como liderança política e indígena. Romancil foi um dos articuladores dessa ação de luta pela terra, cofundador e presidente da associação denominada ORCCIP CURIM (Organização de Resgate Crítico da Cultura Indígena Curitiba e Região Metropolitana). A luta pela terra em Curitiba teve um desfecho bem sucedido, trinta e sete famílias foram assentadas na aldeia urbana Kakané Porã¹³. Esse movimento deu a Romancil visibilidade perante o movimento indígena nacional, que a partir dessa ação, foi convidado para um curso de formação ofertado pela COAIB¹⁴ (Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Ao retornar para Curitiba, ficou incumbido de construir uma organização indígena nos moldes da COIAB que agrupasse as etnias do sul do Brasil. Em conjunto com várias lideranças indígenas promoveram uma série de encontros com o objetivo de criar a ARPINSUL (Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil).

Romancil relata que neste interim era conhecido por “kretãzinho”, ou o filho do Ângelo Kretã, mas que após o seu envolvimento e atuação no movimento indígena, passou a ser conhecido como Kretã. Assim o prenúncio de seu avô Chico Luís dos Santos se tornaria concreto, como Romancil Kretã relata: “não da maneira como meu avô disse, como cacique da TIM e depois uma liderança do Paraná, mas como Presidente da ORCCIP CURIM e depois como coordenador político da ARPINSUL. Portanto, para Romancil o movimento indígena é a possibilidade concreta, primeiro de ser um Kaingang - no sentido ideal - como afirma a história de luta de seu povo contada por seu avô, e segundo, pelo reconhecimento indígena de sua liderança - de “Kretãzinho” a Kretã -, a articulação do movimento e da luta pela terra lhe permitiu ascender ao posto de liderança a partir do seu nome: Kretã.

A política e o político na Terra Indígena Mangueirinha

O despertar de Romancil na luta por terra em Curitiba marca a sua trajetória e a assunção do nome Kretã. Enquanto coordenador da ARPINSUL Romancil Kretã lançou candidatura para a ALEP em 2014 pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN). Romancil relata que com poucos recursos e a falta de divulgação entre as Terras

¹³ Ver Paraná (2009) e Baptista (2012)

¹⁴ A COIAB é uma organização indígena de caráter multiétnico, congrega 75 organizações indígenas: associações locais, mulheres, federações regionais. Busca representar, articular e apoiar as organizações indígenas situadas na Amazônia legal, com o objetivo de promover a organização social, cultural, econômica e política dos povos e das organizações da Amazônia brasileira. Ver <<http://www.coiab.com.br/>> acesso em 11-09-2015

Indígenas não conseguiu disputar com força para realmente chegar “lá”. Contudo, reforça que acumulou experiência para essa nova oportunidade.

A política eleitoral na família Kretã inicia como vimos com Ângelo Kretã, não existe um acervo documental sobre o exercício de seu mandato, as atas da Câmara não eram datilografadas e não existia um cuidado com a memória da casa legislativa em Mangueirinha. A ata da eleição de 1976 consta que foram eleitos cinco vereadores da ARENA e quatro do MDB, Ângelo Kretã foi eleito com 170 votos. É neste mesmo período no final dos anos 1970 que iniciaram as desintrações de terras indígenas lideradas pelo cacique vereador. O presidente da Câmara Municipal de Mangueirinha em 1976 era Horst Harry Schimit, relata que a cidade no período possuía um orçamento restrito, o salário era baixo e havia pouca participação política. Schimit relata que uma das obras em que os vereadores se empenharam foi a construção a PR 281 entre Mangueirinha e Coronel Vívida, atualmente essa distância é de 40 km entre uma cidade e outra.

Após a morte de Ângelo Kretã em todas as posteriores eleições para vereador na cidade de Mangueirinha houve participação indígena. Acompanhe a tabela¹⁵.

Ano da eleição	Candidato	Partido	votos
1982	Joneval Teles dos Santos	PDS	85
1982	Ambrósio Luís dos Santos	PMDB	97
1988	Francisco Luís dos Santos	PMDB	21
1988	Ambrósio Luís dos Santos	PFL	166
1988	Joneval Teles dos Santos	PDT	23
1992	Joneval Teles dos Santos	PMDB	35
1992	Nhandejara Luiz e Santos	PSDB	5
1996	Elvira Luís dos Santos Kretã	PSDB	29
2000	Valdir José Kokoj dos Santos	PPB	113
2000	Joneval Teles dos Santos	PMDB	15
2004	Valdir José Kokoj dos Santos	PMDB	155
2004	Romildo Luiz dos Santos	PSC	101

¹⁵ Ver TRE. **Resultado das eleições municipais ter-pr.** 2022 Disponível em < <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr> > Acesso em 15-08-2022

2008	Amazor Luís dos Santos	PSDC	32
2008	Valdir José Kokoj dos Santos	PMDB	260
2012	Valdir José Kokoj dos Santos	PSDB	241
2016	Nilson Toquinho	PMDB	190
2016	João Carlos Índio	PSDB	118
2016	Joarez Alves	PC do B	119
2020	Fernando Índio	PSDB	81
2020	Nilson Toquinho (Toco)	MDB	31
2020	Índio Celso	PDT	54
2020	Carlos Alexandre Bola	PC do B	8
2020	Índio Panh	PSB	3
2020	Nelson Purga	PTB	141

Nas eleições de 1982 dois indígenas Kaingang foram convidados a disputarem as eleições, Joneval Teles dos Santos pelo PDS teve 85 votos, Ambrósio Luís dos Santos pelo PMDB obteve 97 votos. Se fizermos uma conta rápida podemos supor que os dois candidatos indígenas dividiram os votos ficando fora da Câmara Municipal de Mangueirinha. Contudo, quando analisamos o último colocado pelo PDS foi José Farrapo com 220 votos e pelo PMDB Lauro Z. Moraes com 249 votos, mesmo somando os votos dos dois candidatos indígenas não conseguiriam se eleger. Os Kaingang sempre buscaram manter boas relações com os prefeitos, quem quer que fosse eleito, ao menos um grupo Kaingang teria abertura com a prefeitura. Alegam que é importante ter uma boa amizade com quem está no comando da prefeitura. Também é importante perceber que a partir da eleição de Ângelo Kretã os indígenas demonstraram ter um importante potencial de voto, inclusive, entre os não indígenas, então é possível que os partidos de diferentes ideologias passaram a recrutar indígenas para os seus quadros.

Outro ponto importante para observar nessa tabela é que do ponto de vista indígena o programa partidário para os indígenas não é um fator excluyente no momento de sua vinculação a uma candidatura.

O comportamento do voto indígena está muito mais relacionado a *política interna* da TIM. A política interna é um termo êmico empregado pelos Kaingang da

TIM como a forma em que é composto o poder entre os diversos grupos familiares e suas respectivas parcialidades. É possível perceber que havia uma disputa interna entre Joneval Teles dos Santos e Ambrósio Luís dos Santos. O último mais próximo de Ângelo Kretã, foi seu secretário nos tempos de retomada, escrevia as atas das reuniões com os indígenas. Nas eleições de 1988 Ambrósio era o cacique, foi líder na desintrusão da TIM que expulsou o grupo madeireiro Slavieiro que ocupava a área desde os anos 1960¹⁶. Desse modo conseguiu angariar maior apoio político entre as famílias kaingang, porém não foi o suficiente para ascender a Câmara Municipal.

A década de 1990 foi um período difícil para a disputa eleitoral pelos Kaingang. É possível perceber que não há uma liderança que consiga aglutinar o apoio internamente para lançar candidatos. No entanto, a memória da eleição de Ângelo Kretã era viva na comunidade. O nome Kretã e a bandeira de luta pelo território e a continuidade de desintrusão do território Kaingang levou a viúva de Ângelo Kretã a lançar-se como candidata nos anos 1990.



Figura 3 Santinho de campanha. Arquivo pessoal. Foto do autor

Elvira Kretã mostra o panfleto que foi utilizado na sua campanha e relata que foi contactada pelo atual prefeito, na época candidato pela primeira vez ao cargo, e foi convidada para lançar sua candidatura. Não foi uma candidatura apoiada pela liderança e não se recorda da quantidade de votos o que suponho que o capital político

¹⁶ Para compreender a disputa judicial da Terra Indígena Mangueirinha ver Helm (2011).

de Ângelo Kretã e a possibilidade de não indígenas aderirem a sua campanha tenha inclinado Elvira Kretã a aceitar disputar o pleito, segunda Elvira Kretã: “me convidaram por ser viúva do Ângelo né, mas tinha passado muitos anos e eu não sabia nada da política”.

O nome Kretã como vimos é um nome forte entre os Kaingang da TIM, e de Ângelo Kretã um nome importante na cidade, Schimit, ex-vereador e ex-presidente da Câmara de Municipal, relembra a comoção que causou a sua morte e a mobilização de líderes de diversos partidos políticos que estiveram em seu velório. A missa de corpo presente foi rezada pelo Bispo da Diocese de Palmas e acompanhada por uma multidão de indígenas e não indígenas, varias emissoras de TV e rádio estiveram cobrindo o fato político.

Outros candidatos Kaingang tentaram disputar o cargo de vereador, mas não conseguiram se eleger. Valdir Kokoj dos Santos que foi cacique por 15 anos tentou quatro vezes. Desde que se tornou cacique em 1998 perseguiu o feito de Ângelo Kretã de ser vereador. Na sua primeira eleição alcançou 113 votos, enquanto seu tio Joneval Teles dos Santos 15 votos. Na segunda tentativa de Valdir Kokoj foi para o PMDB, essa sigla em Mangueirinha tem a fama de pertencer a Miguel Aguiar um fazendeiro com muitas posses. Neste pleito o cacique da TIM chegou a fazer 155 votos dessa vez disputando os votos indígenas com seu irmão Romildo Luiz dos Santos, 101 votos. Em 2008 Valdir Kokoj se manteve no PMDB e obteve 260 votos, dessa vez disputando com seu tio Amazor Luís dos Santos que fez 32 votos pelo PSDC.

Valdir Kokoj dos Santos descende diretamente de Francisco Luís dos Santos (liderança com grande visibilidade na política interna, pertence ao tronco velho), é seu neto. A defesa do território herda de seu avô. A “linha” Luís dos Santos possui a característica de ser “vigilante” do patrimônio da família. Aliás, a TIM foi “comprada” pelos indígenas, a ideia de compra é muito forte na TI, pois ela estabelece não uma relação com o estado brasileiro, antes, é uma marca do agenciamento Kaingang na sua relação com o estado. Se é desejável saber manejar o mundo dos brancos (Fernandes 2003), comprar é obter posse, inclusive no mundo não índio. Ser descendente de quem garantiu a posse da terra (Antônio Joaquim Capanema Kretã), é manter o território sobre qualquer circunstância, sob o comando da “linha” Luís dos Santos.

No cacicado de Valdir Kokoj dos Santos a TIM assistiu a implementação de políticas públicas. É atribuído ao cacicado de Valdir Kokoj dos Santos a conquista do recurso do ICMS Ecológico. Esta Lei foi aprovada em 1991, porém foi regulamentada apenas em 1997 reconhecendo as áreas indígenas como Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR) e, portanto, a TIM foi contemplada o que obrigou os municípios a negociarem os repasses de recursos para os indígenas. A Associação de Produtores Indígenas de Manguairinha (APROIMA) é criada para gerir esses recursos, dos quais foram empregados na mecanização da agricultura indígena. Outras conquistas foram a construção de um novo prédio para a escola, um novo prédio para a Unidade de Saúde Básica, a criação do projeto de contraturno nas escolas no Centro Cultural PIAÍ, renovação do maquinário para agricultura mecanizada (2 tratores, pulverizador, grade aradora, plantadeira e colheitadeira). Segundo Valdir Kokoj dos Santos, “o cacique que mais trabalhou para a comunidade”.

Legitimado por essas conquistas vimos que o número de votos em Valdir para vereador foi ampliando a cada eleição, era alta a sua expectativa para ser eleito nas eleições municipais de 2012. Contudo, devido a erros cometidos em sua campanha foi derrotado não conseguiu se eleger por quatro votos. O último vereador eleito obteve 244 votos e o então cacique kaingang 241 votos. O motivo de sua derrota é de que Valdir Kokoj dos Santos errou no apoio ao seu candidato para prefeito. Para compreender a ação política de Valdir nas eleições de 2012 devemos voltar ao último pleito e compreender como o cenário político estava se desenhando.

Nas eleições de 2008 o prefeito Guimo havia vencido com 51,39% dos votos válidos, enquanto o segundo colocado Manoel Aparecido de Almeida (PPS) 36,61% - Manoel era vice-prefeito e buscava a continuidade do seu grupo político liderado por Miguel Aguiar a frente da prefeitura-, e o terceiro Darci Prusch (PFL) 11,66%. É importante ressaltar que para Valdir manter uma relação de amizade é primordial, já que o recurso do ICMS Ecológico é repassado para a APROIMA por meio de acordos políticos e não há qualquer imposição legal que transfira diretamente esses recursos para essa associação indígena. Podemos averiguar que Valdir, inclusive, migra para o partido de Guimo, PSDB, depois de ter disputado duas eleições pelo PMDB.

Em 2012, o quadro para as eleições municipais em Manguairinha estava desenhado da seguinte forma: Guimo buscava a reeleição pelo PSDB, partido para o

qual Valdir migrou para se candidatar a vereador; e seu oponente, a junção do segundo e terceiro colocado nas últimas eleições, Miguel Aguiar e Darci Prusch.

Dentro desse cenário político é que Valdir Kokoj dos Santos se movimentou. No início da campanha eleitoral de 2012 o cacique apoia Guimo como era previsto devido a mudança de partido. Contudo no desenrolar da disputa e o fortalecimento da campanha de Miguel Aguiar, 15 dias antes da eleição ele muda o seu apoio, e passa a indicar voto para Miguel Aguiar. Essa aposta não foi bem-sucedida pois a justiça eleitoral cassou a candidatura de Miguel Aguiar por usar a rádio da família para promoção pessoal e campanha extemporânea¹⁷. Dessa forma Guimo foi reeleito e Valdir Kokoj dos Santos não conseguiu “chegar” entre os cabeça para a vaga na Câmara Municipal.

Para Valdir Kokoj dos Santos a sua derrota eleitoral foi interpretada como traição por parte de sua liderança, em especial, João Carlos Mader dos Santos que era o presidente da APROIMA do qual manteve apoio ao candidato GUIMO para prefeitura, afirma a indigenista Amorim, M.H (2015)

Nas eleições o João Carlos trabalhou contra mim. E sendo ele uma pessoa que eu ajudei desde o início. (...) E sempre ele aceitou e quando deu essa confusão o pessoal não aceitou que ele trabalhasse mais com nós porque ele te enganou, eles diziam. E para mim (Valdir) a eleição já tinha passado e insistiam dizendo que te enganou quanto tinha que te ajudar e quando ele precisou você ajudou ele e agora que você o precisava foi contra e agora não aceitamos mais ele para trabalhar.

O malogro na disputa eleitoral acirrou a disputa interna entre os grupos Kaingang. Como Fernandes (2006:28) “os efeitos não controlados e não conhecidos pela política dos brancos: expulsões, transferências, brigas, (...)”. Valdir Kokoj dos Santos após sua última campanha para vereador iniciou um processo de recrudescimento da política interna, os relatos é de que o cacique passa a ser cada vez mais autoritário e violento com os grupos divergentes. O acirramento das tensões entre as parciais Kaingang apenas se arrefeceu com a intervenção do Ministério Público Federal que destituiu Valdir Kokoj dos Santos da posição de cacique, e instituiu eleições a cada quatro anos para o cargo de cacique na TIM.

¹⁷ Ver <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/candidato-e-cassado-por-usar-radio-da-familia-para-promocao-pessoal-3s1v3vv4m0jrrl01nbg19w0e/> acesso em 15-08-2022

Com a derrota de Valdir Kokoj dos Santos e a constituição de um novo cacicado na TIM novas articulações e arranjos políticos foram construídos com os não indígenas. Milton Alves é eleito cacique, a sua relação com os recursos do ICMS Ecológico direcionado a APROIMA passaram a ser discutidos publicamente. João Carlos relata que no início da criação da associação os indígenas não tinham interesse, não sabiam o que era e nem para que servia a associação, apenas depois do funcionamento da associação é que foram criando interesse em dirigir a entidade concorrendo com chapas para a direção da associação.

Com maior abertura do cacique e o crescente interesse dos indígenas pela associação novas lideranças surgiram. Repare na tabela com os candidatos que de 1976 a 2012 apenas a família Luís dos Santos, ou apenas, Santos conseguiam constituir legitimidade para disputar o cargo de vereador.

Nas eleições de 2016, Nilson Toquinho, saiu candidato pelo PMDB e teve a maior votação com 190 votos. Toquinho como é conhecido na comunidade, pois trabalha com um ônibus prestando serviço no transporte escolar para a prefeitura, relata que é político desde a sua mocidade.

Desde os 16 anos de idade eu já era filiado (PMDB). E sempre fui amigo do Miguel Aguiar que era o dono do Partido em Mangueirinha. Sempre fui parceiro nunca pensei em sair candidato. Porque no tempo do Valdir não deixava ninguém sair, ele era ditador, era só ele e pronto. (Entrevista concedida em 20-09-2020)



Figura 4 Santinho de campanha. fonte: www.facebook.com acesso em 25-08-2022

Nesse relato Toquinho confirma o crescente autoritarismo de Valdir Kokoj dos Santos e nos dá pistas de como a política sem uma liderança forte, como dizem os kaingang, pode se enveredar.

Para ser político na TIM é necessário ser estratégico. A amizade com Miguel Aguiar, dono do Partido, manteve-se adormecida para a política partidária, porém Toquinho construía sua autonomia e usufruía de sua amizade tanto com o cacique Valdir Kokoj dos Santos quanto com Miguel Aguiar, visto que para ser motorista do transporte escolar indígena ele precisa manter uma relação positiva com o cacique e com os prefeitos, observando que Toquinho não é servidor concursado.

Do ponto de vista dos sujeitos, o personalismo apresenta-se como vínculo, fundado numa relação de mutualidade, expresso na noção de “compromisso”. Compromisso ancorado em um código de prestações mútuas, colocando as relações políticas num âmbito de reciprocidade entre *pessoas*. (Chaves 2003:53)

Nas eleições de 2016 Toquinho firmou compromisso com o grupo de Miguel Aguiar que lançou Elídio Zimmerman de Moraes (PSDB) para prefeito. Foi o indígena que chegou mais perto de ser eleito, ficou como 1º suplente, um quase vereador. Por sua desenvoltura nas eleições foi contemplado com uma portaria, cargo comissionado, na prefeitura de Mangueirinha.

Essa relação de amizade com os políticos locais como forma de legitimação da ação política kaingang é acionada por vários kaingang. João Carlos Mader manteve seu apoio político na eleição de 2012 ao grupo de Guimo devido a essa relação de compromisso mútuo descrito por Chaves (2003), além das “portas abertas da prefeitura”, João Carlos (Índio) Mader nas eleições de 2016 saiu candidato com o apoio desse grupo.

As eleições de 2016 trouxe uma novidade para a política indígena. Elídio Zimmerman (PSDB) mesmo apoiado por Miguel Aguiar constituiu aliança com um terceiro grupo político da TIM, um grupo de indígenas crítico ao modelo de agricultura mecanizada e com estreitas ligações ao movimento indígena nacional. Esse grupo é encabeçado por Marcio Kokoj dos Santos irmão de Romancil Kretã. Eles lançaram Joarez Alves pelo PC do B como seu candidato a vereador. Desse modo as eleições de 2016 tinham no cenário eleitoral três indígenas disputando diretamente o voto na TIM. Dois pelo grupo de oposição a prefeitura, Toquinho e Joarez, e um como candidato situacionista, João Carlos (Índio) Mader. É perceptível que o cacique Milton Alves não interferiu nos acordos firmados entre os grupos políticos indígenas e os grupos políticos da cidade.

O número de candidatos indígenas nas eleições de 2020 dobrou em relação a 2016. Saíram seis candidatos por diversos partidos políticos. Podemos presumir que mudança da legislação eleitoral com o fim das coligações teria motivado a dispersão já que os partidos políticos teriam que obter um quociente eleitoral mínimo para elegerem seus candidatos. Essa proposição neutraliza a agência indígena e os seus efeitos da política interna. Para compreender essa dispersão de candidatos é necessário expor o cenário da “política interna”.

Em 2018 a TIM manteve as eleições implementadas pelo MPF em 2014. Essas eleições para cacique seguiram as estratégias eleitorais das eleições não indígenas. Os candidatos a cacique fizeram comícios, distribuíram santinhos, planos de governo. As chapas montavam jingles de campanha, há relatos de compra de votos, promessas de distribuição de empregos públicos¹⁸. A campanha para cacique iniciou com 7 candidatos, porém ao final sobraram apenas 3, o candidato que conseguiu englobar mais grupos venceu as eleições para cacique. Existem uma série de efeitos que as eleições tiveram para a “política interna”. Nessa comunicação é importante analisar que o cacique eleito teve compor com muitos grupos de modo que não conseguiu imprimir uma coesão indígena para a disputa eleitoral externa. Se a “ditadura” de Valdir narrada por Toquinho impedia a manifestação de políticos indígenas, a “democracia” dispersava os votos indígenas em seis candidatos . O relato de João Carlos analisa essa acepção da de democracia.

Difícil. Na época que saímos candidato saímos três, o Milton era o cacique, eu disse quer fazer uma reunião se entrarem num consenso eu abro mão, porque eu tinha essa consciência ne, eu abro mão. Até pensamos com o Milton, fazia uma reunião com a comunidade, fazia tipo uma convenção interna, olha tem o João Carlos, tem o Toquinho e tem o Juarez vamos fazer uma eleição interna nossa, o mais votado os outros dois tem o compromisso de abraçar ele. O Toquinho disse não, nós estamos num país democrático, ele já veio com a ideia lá do branco porque o branco disse pra ele fazer isso, nós estamos num país democrático, eu posso até participar, mas se eu perder eu saio igual, quem vai me impedir, politicamente ninguém pode impedi. (Entrevista concedida dia 22-09-2020)

¹⁸ Os funcionários da educação e da saúde precisam da Carta de Anuência para poderem atuar nos empregos das escolas e das unidades básicas de saúde.



Figura 5 Santinho de Campanha. Arquivo pessoal. foto do autor

Os seis candidatos indígenas tinham as suas convicções políticas para lançar candidatura. Nilson Toquinho entre 2016 e 2020, mudou de esposa o que não é bem-visto pela comunidade, contudo foi motivado para sair candidato em 2020 devido a uma pesquisa realizada na TIM pelo Jornal Novo Horizonte¹⁹ de que estava bem cotado para vereador. Índio Celso é irmão de Toquinho, saiu candidato porque na eleição para cacique Celso foi o terceiro colocado com quase 300 votos, desse modo imaginou ter chances reais para se eleger. Fernando Índio se candidatou a convite do prefeito Elídio, pois, Fernando era presidente da APROIMA e por ter sido reeleito ele entendia que poderia se eleger, “o próprio prefeito disse vamos fazer um teste com você, se você ganhar a eleição lá, você é o nosso candidato a vereador dentro da reserva”. Carlos Alexandre Bola é esportista, uma liderança ligado aos esportes, foi convidado pelo PC do B para a disputa, “sou um candidato que quero representar a juventude e os esportes”, disse. Índio Panh um músico conhecido na reserva tem discos gravados e vive da música, recebeu o convite do vice-prefeito Leandro do PSB. Nelson Purga um indígena produtor de soja, possuía dinheiro para se candidatar e tinha o apoio de Zeca Gabriel, candidato a cacique derrotado por 17 votos.

¹⁹ Não encontrei essa pesquisa eleitoral. Porém, mas de um indígena me relatou a sua existência. De qualquer modo o importante são os efeitos que ela proporcionou.



Figura 6 Santinho de Campanha. Arquivo Pessoal. Foto do autor

Todos os candidatos indígenas a vereador tratam da dificuldade deles chegarem a se eleger. Mas todos mantiveram a sua candidatura até o final, ninguém abriu mão da disputa, Fernando índio analisa suas possibilidades.

Então isso me motivou neh, vou ser um pré candidato e se deus quiser vou representar bem a comunidade, trabalhar com transparência e honestidade que nem a gente sempre fez com a associação neh, e pode, que nem diz, não só pela nossa comunidade, mas também pela comunidade ao redor (esta se referindo ao Ita, Canhanda Funda, etc). precisam de um vereador para fazer um projetinho e vai estar lá eu para ajudar eles, tanto na parte de agricultura, social, ambiental, pense. Então isso me motivou a ser pré candidato. Mas, é muito candidato. Só pela misericórdia de Deus para a gente chegar lá. (Entrevista concedida 15-09-2020)



Figura 7 Santinho de Campanha. Arquivo Pessoal. Foto do autor

Apesar da disputa acirrada nenhum candidato renunciou à disputa. Os efeitos da dispersão dos votos indígenas fizeram com que grupos antes convictos do voto indígena passassem a articular seu voto com candidatos não indígenas. Desde a eleição de Ângelo Kretã, em 1976, essa é a primeira vez que grupos deliberam pelo voto em não indígena. João Carlos (Índio) Mader afirma.

E o prefeito não ajuda muito, ele vai somar muito pouco para o partido e para os candidatos dele. Agora se não for do partido do prefeito não somo em nada. Antes com 150 ou 200 votos vc poderia eleger um. Hoje não. Hoje tem que fazer 1200 votos para eleger o primeiro. Pelo que eu to sabendo ali. Talvez esses seis aí que vão sair não sabem nem disso. Não sabem da regra, outro dia eu vi o cara ali falar, se eu consegui 400 votos estou eleito. Dependendo do partido que ele se lança ele faz 800 votos e ainda não chega. É bem complicado. Não sei talvez o partido que lança ele lá e dar umas duas horas de aula. Pq eu acho que eles não explicam. A questão é de mete um e outro cara para um atrapalhar o outro. (Entrevista concedida 22-09-2020)

A opção de grupos indígenas em apoiar candidatos não indígenas é motivada pela percepção indígenas de que as dificuldades para eleger um vereador kaingang é diminuta com as regras eleitorais. Com o fenômeno da dispersão dos votos em seis candidatos o raciocínio de obter alguma barganha com os políticos estabelecidos localmente. Desse modo João Carlos Mader apoia para candidato a vereador Diogo Noll do PSDB, que foi eleito e é o atual Presidente da Câmara Municipal. Do mesmo modo o grupo liderado por Marcio Kokoj ligado a associação ambiental apoiou o candidato Diego Bostokoski atual vice-Presidente da Câmara Municipal.

Esta dimensão moral reveste a principal característica da categoria *pessoa*, bem como as relações políticas nela fundadas. É neste plano que o verbo “conhecer” na política assume sua completa significação: uma relação moral apenas se verifica entre *pessoas*, que idealmente deveriam conhecer-se. Antes de excluir, isto requer a intervenção de mediadores entre o governo, distante, e o povo, anônimo. Apenas a *pessoa* do político pode exercer o reconhecimento. (Chaves 2003:56)

Os grupos decidiram apoiar candidatos que disputam sua reeleição, ter um conhecido dentro da Câmara Municipal pode facilitar o acesso ao prefeito e aos recursos desejados. No caso de Marcio Kokoj a barganha foi de sua associação ambiental garantir um pedaço do ICMS Ecológico que seria tratado em edital específico.

A noção do conhecer, “ter contatos”, é primordial para um potencial candidato a vereador. Do ponto de vista indígena o vereador é um canal de conexão direto com a prefeitura e o seu cofre. Ser vereador é possuir habilidade de articulação entre o poder público e o atendimento das demandas da TIM. Esta noção fica evidente na fala de Toquinho.

Cara eu não ia sair. Eu consegui dois trator, um está lá no Paiol Queimado, Essa iluminação pública que está aí eu que consegui. Quando eu fiquei como 1º suplente eu fiquei de portaria na prefeitura (cargo comissionado), eu briguei, ou colocava iluminação pública ou devolvia o dinheiro, hoje você vê é tudo iluminado aí, mas fui eu que corri atrás. Aí tem o trator que está lá no Paiol Queimado que fui eu que ganhei. Outro que está lá prefeitura que ganhei do deputado Aliel Machado, trator traçado cabinado está lá, fui eu que ganhei. Tem mais de 500 mil reais que eu ganhei para a comunidade via projeto e requerimento com o deputado. (Entrevista concedida dia 20-09-2022)

Nesse sentido o próprio indígena busca ser o político com ou sem cargo eletivo. Toquinho como quase vereador sabe que a sua função como cargo comissionado na prefeitura é cobrar, articular, implementar políticas públicas em sua comunidade.

Essa pessoa política indígena, se é possível esse deslize conceitual da proposta de Chaves (2003), se coloca articulador entre a comunidade e o poder público, seja ele, municipal, estadual ou federal. Essa forma de fazer política pressupõe relações a priori com uma política estabelecida, em outras palavras, com candidatos com reais chances de atender as demandas indígenas. Esse pragmatismo indígena na política em alguma medida é vinculado ao esvaziamento político da FUNAI após a promulgação de 1988, como também, um silêncio ensurdecedor dos agentes estatais em políticas públicas que atendam os anseios indígenas.

Isso é parte do cenário político das eleições de 2022. Talvez, seja a eleição com maior organicidade política indígena como forma de inserir no debate público a questão indígena, ao menos nos grupos progressistas. Contudo os desafios de capilarizar o debate programático da pauta do movimento indígena nacional é proporcional a viabilização de uma candidatura indígena no âmbito estadual e nacional. Seguimos para a última parte dessa comunicação que é apontar algumas estratégias da candidatura de Romancil Kretã a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Romancil Kr3Tã: Terra, Teto e Território

O slogan adotado pelo coletivo do qual Kretã é o cabeça busca dialogar com um movimento amplo de movimentos progressistas: movimento de agricultores sem-terra, sem moradia e por território. Essa estratégia de campanha busca ampliar o leque de apoio em outras frentes que não apenas a questão indígena.

Romancil Kretã denomina a sua candidatura como coletiva. É formada por uma rede apoiadores indigenistas que tem como centro do seu debate político a questão ambiental na defesa dos biomas. Até o fechamento desse texto não foi possível identificar todos os nomes quem emplacam o seu coletivo. Porém, Romancil Kretã participou do lançamento do comitê verde que também está sendo chamado de comitê indígena e possui sua articulação na região metropolitana de Curitiba. Estavam presentes nesse dia articuladores políticos da Federação Esperança, nomes como Angelo Vanhoni ex-deputado federal pelo PT, o presidente estadual do PV Raphael Moura, candidato a deputado federal Tupanju indígena Guarani pelo PC do B, outros indígenas também estavam presentes como Jovina Kaingang que compõe uma candidatura coletiva pelo PSOL.

A bandeira levantada por Romancil Kretã de luta pela terra, seja ela para fins de reforma agrária, reforma urbana ou demarcação indígena articulada a bandeira ambiental, tenho a impressão, é muito bem aceita por setores de classe média. Essas eram as pessoas que estavam no lançamento do Comitê Indígena. Porém, para alavancar os votos indígenas Romancil terá que mobilizar sua rede de parentesco pelo estado do Paraná. Essa é a sua maior dificuldade já que a TIM fica distante de Curitiba ao menos 300 km.

Não consegui ter acesso ao financiamento de sua campanha o que poderia dar alguma ideia se será possível manter visitas sistemáticas as TI's, como também, a sua coordenação não lançou uma arrecadação de fundos coletivos como outras candidaturas estão se empenhando em realizar.

A sua campanha está centrada nas redes sociais em especial o Instagram e Facebook. Em entrevista a mídia nativa on, Romancil ainda como pré-candidato relata o que espera de uma candidatura indígena.

Os indígenas deram uma aula de democracia, principalmente quanto nós ocupamos esses espaços. E a Joênia na sequência deu uma aula de democracia. A Joênia conseguiu trar muita coisa, mas ela era uma só, ela era uma articuladora ali dentro, foi criada a frente parlamentar dos povos indígenas, ela que é presidente da comissão buscou apoio com os partidos de esquerdas ali dentro. E era só uma dentro da Rede e os outros partidos acharam melhor ela ficar na frente, ela é uma pessoa aí que está dando exemplo. Eu acredito para cada um de nós que que tem pretensão política temos que ter o mesmo perfil, não podemos chegar na política e virar para o outro lado e olhar para quem está fazendo a coisa errada e pensar no benefício próprio ou particular não é aí!

A gente tem que levar a sério a questão da democracia e exercer, nós temos que cobrar ela a democracia precisa ser cobrada, não podemos aceitar de qualquer maneira, nós temo que ter isso em nosso perfil. É um desafio para todos os indígenas convencer as pessoas votem em você, para que você seja eleito, para você ajudar de alguma maneira, eu por exemplo estou pleiteando essa candidatura pelo Estado do Paraná aqui como estadual não é federal pela REDE e o meu maior desafio primeiro é entender como funciona o sistema, o sistema da ALEP e partir daí começar atuar você precisa entender o teu espaço o teu campo onde você está, porque é uma história que a gente vem contando nada foi construído por acaso. Sempre teve um estudo, teve um pensamento desde a época do ATL, ARPISUL e APIB e agora na política é o mesmo caminho. Você vai ter que estudar para você desenvolver o seu trabalho.

Sabemos que um deputado estadual é bem diferente do deputado federal. Para o estadual que não tem emenda parlamentar, não tem emenda é muito pequena só o básico de gabinete essas coisas. Mas a força de ali dentro é as leis que você precisa aprovar ali no estado com os deputados dentro e monitorar a política do estado. Se ele está chegando com a política de habitação sustentabilidade e apoio de aplicabilidade dos territórios, se a saúde a educação tem o federal mas o estado também tem que ter seu compromisso a educação que é estadual essas políticas e os gastos do governo do estado que você tem que estar atento. Nós hoje chegamos num momento, que as pessoas estão dizendo que Curitiba está cheio de invasão de terra. O momento que agente está passando hoje as pessoas não têm condição de pagar aluguel. Se a terra está ali precisa ser dividida. Não pode ficar na mão de poderosos.

Os brancos perguntam por que o índio quer tanta terra. A terra primeiro que é nosso segundo que nós dividimos aqui tem 10 famílias nessa retomada, só um ruralista fazendeiro tem 10 milhões de hectares de terra para plantar soja. A gente tem que lutar por esse povo. A minha bandeira mesmo é a terra. Por isso que estou com essa camiseta de levante pela terra.

A narrativa que Ângelo Kretã está construindo para a sua candidatura em partes alcança a ideia de como um político na TIM deve agir como articulador. Observe que Kretã fala em monitorar as políticas de educação, saúde, habitação, etc, porém, resta saber como ele conseguirá lidar com os pequenos favores que é esperado de um político, tendo em vista que não terá um vultoso financiamento para a sua campanha.

Espero que Romancil Kretã aborde temas sensíveis em sua campanha que até o momento não consegui captar. O ICMS Ecológico é um tema do qual a coordenação de campanha de Romancil Kretã ainda não integrou ao seu conjunto de propostas, é necessário que Romancil enfrente esse tema para que os indígenas nas TI's tenham maior autonomia política frente a prefeituras que liberam ou parte do recurso ou capitalizam o repasse como moeda de troca em forma de apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Christine de A. Festas da Política: Um etnografia da modernidade no sertão (Buritizal/MG). Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NUAP – Coleção de Antropologia da Política, 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica. 2003. 288f. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. Fev 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. O “15” e o “23”: políticos e políticas Kaingang. Revista Campos Curitiba, v.7, n. 2, p.27-47, 2006.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismokaingang. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu.

GOLDMAN, Márcio & PALMEIRA, Moacir. “Apresentação”. In: **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1996.

HELM, Cecília Maria Vieira. *A contribuição dos laudos periciais antropológicos para a investigação da antiguidade da ocupação de terras indígenas no Paraná*. Curitiba, Pr: Edição da autora, 2011.

Instagram: @kretakaingang. Disponível em

<<https://www.instagram.com/p/Cfyl2XUsA-y/>>. Acesso em: 21 ago. de 2022

LIMA, Antonio Carlos Souza. *Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995

PIRES, Maria Lígia. *Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo das relações intertribais*. Brasília, 1975. Dissertação (Mestrado) Unb.

RIBEIRO, F. A. *Políticas Tenetehara e Tenetehara na política: um estudo sobre as estratégias de uma campanha eleitoral direcionada a uma população indígena*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.